

VIII CONSELHO PLENÁRIO

DA ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS:

A GRAÇA DE TRABALHAR

Roma, 26 de outubro – 19 de novembro de 2015

PROPOSIÇÕES



Carta do Ministro Geral
e dos Irmãos Conselheiros Gerais
em conclusão do VIII Conselho Plenário da Ordem

Índice analítico

Carta do Ministro Geral e dos Irmãos Conselheiros Gerais
em conclusão do VIII Conselho Plenário da Ordem..... 5

VIII CONSELHO PLENÁRIO DA ORDEM DOS FRADES
MENORES CAPUCHINHOS: A GRAÇA DE TRABALHAR

Roma, 26 de outubro – 19 de novembro de 2015

PROPOSIÇÕES 11

A TODOS OS IRMÃOS DA ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS

Carta do Ministro Geral e dos Irmãos Conselheiros Gerais

em conclusão do VIII Conselho Plenário da Ordem

Texto das Proposições aprovadas

Passaram-se quase dois meses do encerramento dos trabalhos do oitavo Conselho Plenário da Ordem, dedicado ao tema *a Graça de trabalhar* e estou certo de que muitos de vocês desejam conhecer o resultado do encontro, como trabalhamos, a reflexão que produziu este evento. Após o encerramento dos trabalhos, as Proposições foram revistas do ponto de vista gramatical e literário. Esta revisão comportou um ulterior tempo de avaliação que justifica o leve atraso com que lhe entregamos o fruto do nosso trabalho.

O CPO teve a participação de 44 frades assim distribuídos: 10 componentes do Conselho Geral e 34 delegados das Conferências. A estes, somaram-se os frades que assumiram a tarefa de tradução, moderação, secretaria, animação litúrgica e outros serviços que tornaram eficiente e produtivo o nosso trabalho. Trabalhamos juntos de 26 de outubro a 19 de novembro de 2015. A nossa permanência no Colégio Internacional “São Lourenço” de Roma foi apoiada

pela fraterna cordialidade dos frades da família estável e dos nossos estudantes, com os quais partilhamos a oração vespertina e as refeições.

Como podem imaginar, a composição da Assembleia foi heterogênea e multicultural; as diversas áreas do *mundo capuchinho* estavam representadas com sua bagagem de história e de cultura. Os participantes foram distribuídos em quatro grupos de trabalho: dois de língua inglesa, um de língua italiana e um que reunia os irmãos de língua espanhola e portuguesa. Todos os frades demonstraram um ótimo espírito de adaptação, seja em rezar juntos usando línguas diversas, como em respeitar as pequenas regras previstas para que o evento pudesse ser celebrado com ordem. O clima que se criou entre os participantes era sereno e fraterno, especialmente nos momentos de recreação à noite.

Os primeiros dez dias dos trabalhos foram dedicados à escuta de aprofundamentos sobre o tema do trabalho e de testemunhos particularmente significativos. Durante as sessões da manhã, escutamos o Prof. Mauro Magatti, que apresentou uma abordagem sociológica sobre algumas dinâmicas que governam o mundo do trabalho. A Prof.^a Mary Hess nos introduziu no mundo da tecnologia digital e as mudanças que esta produziu nas atividades de trabalho; uma realidade da qual nem mesmo nós, frades capuchinhos, estamos isentos! Os nossos confrades Fr. Fernando Ventura e Fr. Carlos Susin apresentaram o tema do trabalho, respectivamente, na Sagrada Escritura e no Magistério da

Igreja; a eles, seguiu-se Fr. Pio Murat, Conselheiro Geral, que propôs uma apresentação sobre como os documentos da nossa Ordem têm abordado o tema do trabalho. Pe. Felice Accrocca, analisando as Fontes Franciscanas, apresentou a concepção do trabalho em São Francisco de Assis; Fr. Giuseppe Buffon OFM, enfim, deteve-nos sobre o quanto emerge na tradição dos Frades Menores Capuchinhos a respeito da experiência do trabalho. Durante as sessões vespertinas, escutamos uma série de testemunhos de confrades religiosos, tanto nossos como de outras Ordens, os quais nos narraram em modo envolvente as suas experiências entre os pobres, os encarcerados, nas fábricas como padres-operários, em situações pastorais multiétnicas. A primeira parte do CPO encerrou-se com um dia de retiro e de oração animado por Fr. Eric Bidot, Ministro Provincial da França.

Os dias sucessivos foram caracterizados pela reflexão, pelo diálogo e pelas propostas. As possibilidades de trabalho a serem empregadas eram múltiplas. Escolhemos por não dar critérios rígidos ao trabalho dos quatro grupos linguísticos: foi pedido para que cada confrade, partindo da sua experiência, do *instrumentum laboris* compilado em preparação ao CPO, e das contribuições ouvidas nos dias precedentes, fosse livre para formular Proposições dentro do próprio grupo. Desde os primeiros dias, emergiu uma linha de trabalho que conciliava as expectativas dos frades pertencentes aos grupos, que podem ser resumidas em três perguntas:

1. Como podemos ajudar os frades a refletirem sobre o trabalho nos vários aspectos a ele inerentes, levando em conta as rápidas mudanças que envolvem as diversas sociedades?
2. Quais propostas podemos apresentar aos frades para que, enraizados no Evangelho e no Carisma de São Francisco, o trabalho possa ser realmente vivido como uma Graça?
3. A nossa identidade de irmãos e de menores, *«como responde às provocações do individualismo e da redução do trabalho a mero instrumento de lucro econômico»?* (Constituições 78,7)

Após um primeiro momento de “calma aparente”, em que os frades compreendiam melhor qual era sua tarefa, partimos com zelo. Foi edificante ver como os vários grupos linguísticos ressaltavam as temáticas inerentes ao trabalho, sublinhando aspectos culturais e sociais derivantes das diversas áreas geográficas. Cada grupo aprovava em seu interno as Proposições a serem levadas à Assembleia plenária, que, por sua vez, aprovava ou rejeitava as propostas. Notável foi o esforço para que as propostas finais acolhessem as instâncias provenientes dos diversos grupos. Importante e merecedora de gratidão foi a obra das duas comissões redacionais que trabalharam muitíssimo para valorizar, sintetizar e repropor em forma literal correta tudo o que os grupos produziam.

O nosso trabalho produziu 74 Proposições que agora apresentamos à vossa atenção. Permitam-nos vos apresentar alguns critérios com os quais poderão ler e dialogar sobre o quanto os frades delegados do CPO oferecem a todos vós.

1. Quisemos aprofundar e atualizar temas já propostos nas nossas Constituições renovadas, nos CPO VI, *Viver a pobreza em fraternidade*, e CPO VII, *A nossa vida em minoridade*.
2. Na redação final do texto que tendes em mãos, reagrupamos as várias Proposições em áreas temáticas que seguem o desenvolvimento dos capítulos das nossas Constituições, em maneira particular, os primeiros seis e o IX e o XII.
3. Não busqueis a sistematicidade ou a elegância literária. Durante os trabalhos, muitos foram os apelos à concretude. Algumas Proposições se assemelham, mas as conservamos porque, no contexto onde estão postas, remetem a conceitos e valores essenciais para nossa vida.

Agora, irmãos caríssimos, é a vossa parte! Pedimos a todos os Ministros Provinciais e às Conferências que encontrem as modalidades mais oportunas para que se trabalhe sobre o quanto os Delegados do VIII CPO lhes entregam. Cada Circunscrição programe encontros específicos sobre as Proposições elaboradas durante o recente CPO. Confiamos à solicitude dos Ministros para que disponham a impressão das Proposições do CPO e a distribuam a cada frade da própria Circunscrição. Encarem o trabalho de modo concreto: após o conhecimento do conteúdo das Proposições, cada Província, Custódia, fraternidade local e frade menor

capuchinho individualmente se confronte com o quanto escrito, e esta verificação possa produzir uma renovação e, se necessário, uma mudança em nosso estilo de vida. Sustentemo-nos reciprocamente, rezemos ao Espírito do Senhor para que também o nosso trabalho manifeste de modo sempre mais evidente a nossa identidade de irmãos e de menores, nas nossas fraternidades e aonde somos chamados a doar a nossa vida. Desejamos a todos os frades que possam ainda mais louvar o Senhor porque nos concede a “Graça de Trabalhar”.

Bom trabalho, irmãos, fraternalmente lhes saudamos,

Fr. Mauro Jöhri
Ministro Geral OFMCap.

Os Irmãos do Conselho Geral

Roma, 15 de janeiro de 2016
Memória (festa) de São Mauro, Abade

VIII CONSELHO PLENÁRIO

DA ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS:

A GRAÇA DE TRABALHAR

Roma, 26 de outubro – 19 de novembro de 2015

PROPOSIÇÕES

1. Chamados a participar da Obra da Criação

1. Nós, que temos recebido gratuitamente o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, pelo grande amor que Deus tem para conosco, sentimo-nos chamados a transmiti-lo aos nossos irmãos com a nossa vida, em todas as suas dimensões, entre as quais, aquela do trabalho. A graça do trabalho se torna assim um louvor e um testemunho a Deus, que nos amou por primeiro. Encorajamos e exortamos todos os irmãos a viver o “evangelho do trabalho”¹, também em seu aspecto de fadiga necessária, felizes por esta vocação e anunciando ao mundo a grandeza do Criador.

¹ João Paulo II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*. Dado em Castel

2. À imagem de Jesus Cristo, que trabalhou com suas próprias mãos, e de Francisco, que lhe seguiu os passos, tornamos presente o reino de Deus com o nosso trabalho, servindo às pessoas com os nossos dons pessoais e comunitários. De fato, “Jesus trabalhava com suas mãos, entrando diariamente em contato com matéria criada por Deus para moldá-la com a sua capacidade de artesão. É digno de nota que a maior parte da sua existência terrena tenha sido consagrada a esta tarefa (...). Assim santificou o trabalho, atribuindo-lhe um valor peculiar para o nosso amadurecimento” (*Laudato si'*, 98).

A Bem-aventurada Virgem Maria e São José, seu esposo, são para o frade menor exemplos de trabalho cotidiano, silencioso, humilde, fraterno, a serviço do reino de Deus. Segundo as palavras de São Francisco, que exorta a nos fazermos mãos uns aos outros, inserimo-nos no mistério da salvação em um modo conhecido apenas por Deus, e o Pai, que vê o que está escondido, nos recompensará.

Também a tradição capuchinha assumiu o trabalho como parte ordinária da sua vida cotidiana. A nossa história é continuamente enriquecida pela vida e pelo exemplo de frades que servem a comunidade com todas as suas capacidades físicas, mentais e espirituais.

3. Deus concede ao gênero humano o dom do trabalho. Provindo de Suas mãos, o trabalho é graça e deve ser

considerado como realidade positiva, com a qual participamos ativamente da ação criadora de Deus. Compreendido como uma oportunidade cheia de graça que nos faz partícipes da santificação e da redenção do gênero humano, o dom do trabalho, realizado com amor, irradia dentro de nós alegria interior e entusiasmo.

4. A pessoa humana, para crescer e se realizar, tem necessidade vital de entrar em relação.

Um trabalho autêntico ajuda a amadurecer as relações humanas nas suas múltiplas dimensões:

- O trabalho nos põe em contato conosco mesmos, com os nossos dotes e habilidades. Daqui deriva a importância para que cada irmão, tanto quanto possível, seja reconhecido nos seus dons e carismas.
- O trabalho nos põe em relação com os irmãos. Por isso, o trabalho pessoal, confiado pela fraternidade ou assumido em comunhão com ela, seja expressão da vida fraterna e se torne instrumento privilegiado para reforçar as relações fraternas, gerando no interior da vida comunitária uma verdadeira comunhão.
- O trabalho nos põe em relação com o povo. Pela consagração, somos chamados não apenas a servir, mas também a oferecer a vida aos outros, partilhando uma particular solidariedade com os pobres e os trabalhadores. Por isso, o consagrado não se aproprie

do trabalho e nem de seus frutos, mas tudo compartilhe.

- O trabalho nos põe em relação com toda a criação. Por isso, o consagrado, por meio de seu trabalho, deve colaborar para salvaguardar a criação com respeito, reconhecendo nela os vestígios do Deus Criador.
- O trabalho nos põe em relação com o Senhor. O consagrado é chamado a trabalhar na “vinha do Senhor”; por isso, é de vital importância que, dia a dia, cresça na relação de intimidade com Aquele que é o “dono da vinha”.

5. Cada “mesa” de trabalho, escrivaninha, tábua de passar, ou balcão de cozinha, pode se tornar um “altar” onde o trabalho das nossas mãos e a intenção dos nossos corações são apresentados ao Senhor da messe. O nosso trabalho se torna litúrgico e, portanto, oração. Não se trabalha tanto por si mesmo, ou para si mesmo, mas em comunhão com os outros. Com a própria maneira pessoal de ser e de agir, toma-se parte da história da salvação e se colabora à construção do reino de Deus.

6. Nós, frades capuchinhos, somos chamados a prover-nos com o trabalho o necessário para o nosso sustento e a partilhá-lo com os pobres. A graça de trabalhar é constitutiva do nosso ser frades capuchinhos: realiza a nossa relação com

Deus e com o próximo, torna-se anúncio profético da presença de Deus no mundo e é fonte de plenitude humana e espiritual. Ela deve ser compreendida e vivida segundo a nossa identidade franciscano-capuchinha: em fraternidade, minoridade e espírito de serviço. A autenticidade do nosso trabalho supõe a conversão permanente ao evangelho que prometemos viver e testemunhar profeticamente entre os homens.

2. Aprender a trabalhar

7. No percurso da formação inicial, seja previsto um processo pedagógico que vise valorizar o trabalho como resposta ao amor de Deus no serviço dos irmãos. Isso contribui para o amadurecimento da pessoa.

8. No tempo da formação inicial, insista-se no trabalho manual e doméstico como meio para interiorizar o nosso carisma. Quando for possível, sejam previstos para os candidatos alguns períodos de trabalho também externo, de modo a contribuir ativamente para o sustento da fraternidade.

9. Todos os frades têm a responsabilidade de dar testemunho aos irmãos em formação inicial a respeito do modo de trabalhar. É importante, portanto, que especialmente os

formadores participem do trabalho doméstico e manual, cada um segundo a própria capacidade, para assim transmitir o valor de tal trabalho como dimensão que caracteriza o nosso estilo de vida.

10. O trabalho manual e doméstico nos faz experimentar o amor oblato pelos irmãos, na humildade e minoridade do serviço. Se praticado com devoção, desde a formação inicial, permite-nos desenvolver o senso de pertença à fraternidade local e à circunscrição; torna-se expressão concreta do cuidado daquilo que é de todos e da solidariedade com os mais pobres. Em diversas culturas, o cuidado pelo trabalho manual e doméstico pode significar uma mudança de mentalidade e ser anúncio da igual dignidade de filhos e filhas de Deus.

11. Durante a formação inicial, deem-se a conhecer aos frades em formação as diversas possibilidades de trabalho presentes na circunscrição, para que assim se possa discernir com seus formadores o tipo de trabalho que parece mais apropriado para eles. Em tal discernimento, levem-se em consideração as capacidades de cada indivíduo, como também as necessidades da circunscrição, da Igreja e da sociedade. Da parte dos formadores, haja atenção para fazer amadurecer nos frades em formação uma disponibilidade efetiva para se

empenharem em atividades e trabalhos, segundo as exigências das circunstâncias.

12. Verificadas as capacidades e as aptidões dos irmãos em formação, estes sejam introduzidos à especialização também em âmbitos não ligados ao ministério ordenado (agricultura, medicina, economia, informática, ciências sociais, etc.), adotando tal critério também na destinação das bolsas de estudo.

13. Cada circunscrição providencie em direcionar algum frade a um estudo sistemático da história e espiritualidade capuchinha, considerando tal empenho como um trabalho necessário para guardar a memória da nossa forma de vida e para formar as novas gerações.

14. Os frades sejam formados para se empenharem em modo profissional nas realidades que trabalham em nível social, dando também a oportunidade de viverem entre os pobres por um consistente período de tempo antes da profissão perpétua.

15. A especialização dos estudos e a obtenção dos relativos graus acadêmicos seja vivido como um dom a ser partilhado em espírito de serviço fraterno, não como um direito adquirido ou um privilégio dentro da Ordem. Cada

circunscrição procure discernir suas necessidades e, em vista destas, identifique irmãos que possam ser enviados aos centros acadêmicos. Verifique-se que tenham as capacidades intelectuais e a idade idôneas para levar a termo tal percurso, considerando também os custos que isso comporta. Cuide-se também do acompanhamento dos frades durante o período dos estudos. Tenham claro que o estudo a tempo integral é seu trabalho, por isso, evitem assumir atividades paralelas. Obtidos os graus acadêmicos, sejam destinados àquelas atividades onde possam ser valorizadas e expressadas as competências adquiridas, no serviço aos irmãos, na pesquisa e no estudo.

3. O primeiro trabalho

16. Somos chamados a integrar a vida de oração e a atividade de trabalho. Todo nosso trabalho, com as suas alegrias e expectativas, como também com suas fadigas e preocupações, está diante do Senhor; desse modo, com toda a fraternidade, ponhamos a nossa confiança n'Ele: "Se o Senhor não construir a casa, em vão trabalharão seus construtores" (Sal 127,1). Oração e fraternidade são fundamento essencial para o nosso trabalho: sem elas, o valor intrínseco do trabalho será reduzido a mera execução das tarefas solicitadas, vazias de vida interior e de vitalidade.

17. A busca da união com Deus é o primeiro trabalho dos frades. Os tempos da oração fraterna não são um modo para negligenciar as nossas atividades de trabalho e pastorais, ou uma fuga das fadigas humanas do trabalho, mas um serviço derivante do nosso estado de vida de consagrados. Por isso, nenhum frade se autodispense do dever primário da oração litúrgica e da oração mental, consciente de que quando reza, intercede “em favor de todos os seres humanos” (Const. 49,1).

4. Menores a serviço de todos

18. A identidade do frade capuchinho é caracterizada pela minoridade vivida em fraternidade; ela se torna o critério para a escolha das nossas atividades. Não somos chamados somente a trabalhar pelos pobres, mas sobretudo com os pobres. Evitemos considerar o trabalho como autopromoção pessoal, para vivermos sempre com espírito de serviço.

19. O nosso carisma de frades menores capuchinhos se exprime em particular naquelas atividades que nos colocam no último lugar, compartilhando profeticamente da condição daqueles que, numa mentalidade consumista e hedonista, são considerados insignificantes. Isso nos compromete a levarmos uma vida sóbria como os pobres do lugar.

20. Recordemos que a finalidade do nosso trabalho não é apenas a de assegurar o nosso sustento, mas de compartilhar a vida com os homens, colocando-nos a serviço deles como frades menores. Cada circunscrição da Ordem tenha ao menos uma estrutura de ajuda e de promoção para os pobres. A esta finalidade, os ministros se comprometam nestas direções: a) disponibilizar frades competentes e dispostos para desenvolver este serviço; b) destinar algum convento nosso a tais iniciativas; c) destinar uma porcentagem das próprias entradas em benefício dos pobres. A proximidade e a relação com os pobres nos ajudarão a rever sob muitos aspectos o nosso estilo de vida.

21. A nossa fraternidade é composta por religiosos presbíteros e religiosos leigos. Nas relações internas e no trabalho ministerial, evitemos toda forma de clericalismo que busca a ascensão social, os privilégios e o poder, profundamente contrário à nossa identidade de menores. Favoreçamos estruturas e posturas fraternas onde se testemunhem a colaboração, o diálogo e o serviço.

22. Muitos dos nossos trabalhos, como também outras atividades/iniciativas, são fonte de benefícios econômicos. Muitos países estabelecem impostos, para que uma parte dos benefícios de toda atividade econômica seja destinada ao bem comum, financiando obras e serviços para todos. Como

frades menores, sejamos cidadãos responsáveis e honestos, cumprindo sempre com as obrigações fiscais, sem fazer uso de estratégias para evadi-las.

23. O trabalho para terceiros pertence ao carisma das nossas origens. Trata-se de um modo de trabalhar como menores, que comporta: ser contratados por outros e submeter-se às suas condições, renunciar ao protagonismo pessoal e institucional, aceitar condições de trabalho normalmente mais exigentes. Decidido e compartilhado em fraternidade, este modo de trabalhar é uma janela aberta sobre o mundo, fonte de enriquecimento fraterno, escola de trabalho e canal privilegiado para a nossa partilha com as pessoas.

5. Vivamos do nosso trabalho

24. Para viver, os primeiros Capuchinhos optaram por recorrer à mendicidade. Hoje, as situações socioculturais e eclesiais em que vive a Ordem nos impõem de nos sustentarmos com nosso trabalho. Portanto podemos assumir, também como trabalho remunerado, todo tipo de atividade, mesmo fora da fraternidade, que convenha à honestidade e que nos permita de vivermos como menores.

25. Aqueles que ingressam na Ordem com uma profissão, se não contrastar com o nosso carisma, continuem a exercê-la, se necessário, para contribuir ao sustento da fraternidade.

26. A diminuição dos fundos de solidariedade da Cúria geral e de outras fontes externas deve ser acolhida e vivida como uma bênção, uma oportunidade de discernimento para criar novas formas de autossustento, confiando na Providência divina. Entre estas formas, avaliemos prudentemente a possibilidade de empreender instituições ou projetos que respondam às necessidades locais e nos quais os frades possam trabalhar.

27. No contexto da sociedade contemporânea, a tradicional esmola – como foi feita por séculos – foi gradativamente desaparecendo quase completamente. Consideramos, contudo, um valor conservar a tradição da mendicidade, renovando-a e adaptando-a ao contexto sociocultural, encontrando formas alternativas, que sejam conformes ao nosso ser menores, por exemplo, recorrendo a doações de pessoas e instituições a fim de garantir o mínimo necessário para nós e para pobres.

28. As estruturas construídas com a contribuição da solidariedade econômica da Ordem devem conseguir se manter autonomamente com o trabalho dos frades que aí

atuam. Não se construam estruturas nas quais os frades não estejam dispostos a trabalhar e a se autossustentarem.

29. Levando em conta a nossa interdependência, os excedentes do fruto do nosso trabalho, ou outras entradas, sejam postos à disposição da Ordem para as necessidades das circunscrições e em benefício dos mais pobres.

30. Um objetivo possivelmente a ser alcançado na gestão dos serviços ministeriais e de nossas estruturas é o da autonomia econômica.

Dado que as jovens circunscrições nem sempre podem prover adequadamente a si mesmas com o próprio trabalho, sugere-se que o Departamento da solidariedade forneça materiais e suporte técnico para acompanhar tais circunscrições na reflexão sobre temas, tais como a sustentabilidade econômica, os investimentos responsáveis e os projetos de autoajuda. Empenhe-se em providenciar planos de saúde e um fundo de aposentadoria para os frades, levando em consideração a situação local.

31. O recurso ao serviço de funcionários assalariados nas fraternidades contrasta, em algumas situações, com a nossa opção de frades menores. Pede-se a todas as circunscrições de pôr em ato uma séria e rigorosa revisão sobre a contratação de funcionários, que deve ser submetida ao discernimento de

todos os frades no capítulo local e com o consentimento do ministro ou custódio com seu conselho.

32. Como frades menores, trabalhem com os nossos funcionários com respeito, cooperação, humildade e simplicidade. Sensibilizando-os quanto à nossa forma de vida, relacionemo-nos com eles de modo fraterno e cortês, ao invés de uma mentalidade de patrões, sem jamais renunciar à nossa responsabilidade.

33. Em relação aos funcionários que trabalham em nossas fraternidades e em nossas instituições, considerem-se as seguintes indicações:

- observem-se as leis locais que tutelam os direitos e os deveres dos trabalhadores;
- seja-lhes pago o justo salário;
- cuide-se para que tenham uma formação adequada e contínua.

6. Irmãos que trabalham juntos

34. Estimemos e demos graças a Deus pelo trabalho dos frades espalhados por todo o mundo, que se manifesta de maneira multiforme, segundo formas tradicionais e outras mais inovadoras. Recordemos que em todas as nossas atividades a primazia cabe à vida fraterna e de oração, à luz

da qual deve ser realizado o discernimento sobre o nosso trabalho. Assim, queremos nos apresentar ao mundo atual a partir de nossa identidade de frades menores, para responder aos deveres que a Igreja nos pede e aos desafios que nos impõem a cultura e a sociedade contemporânea.

35. À luz do nosso carisma fraterno, a graça de trabalhar nos empenha, como exortam as Constituições, em assumirmos os trabalhos dentro do projeto da fraternidade, submetendo de bom grado e com espírito de obediência o próprio trabalho ao discernimento da fraternidade local e do ministro, aceitando com espírito de disponibilidade também o que não nos corresponda ou não nos agrada, como ocasião de maturação pessoal e de bênção.

36. Cada um de nós recebeu de Deus diversos dons. Cada vez que um irmão compartilha o dom recebido, testemunha a beleza e a força atrativa da comunhão fraterna. A criatividade individual no trabalho, em harmonia com o programa de uma fraternidade respeitosa e acolhedora, produz alegria e deve ser encorajada.

37. O trabalho de cada frade individualmente seja expressão de toda a fraternidade. O capítulo local seja o lugar onde, compartilhando as fadigas e as alegrias dos vários trabalhos, os frades se apoiam e se enriquecem reciprocamente.

38. Demos prioridade ao trabalho em equipe mais do que ao individual, porque melhor exprime os valores da fraternidade e da minoridade. É necessário que todos os frades se empenhem em trabalhar por objetivos comuns, promovam o sentido de pertença e a participação, desenvolvam relações de igualdade, valorizem e respeitem as recíprocas diferenças, renunciando aos interesses particulares e ao protagonismo pessoal. O coordenador do trabalho realizado juntos não se comporte como um chefe autoritário, mas como irmão, cujo serviço é animar e coordenar o grupo de modo que todos participem, favorecendo a comunicação e a criatividade e encarando com coragem os conflitos.

39. Todos os frades se sintam responsáveis pela animação da vida fraterna, e quando chamados a desempenhar o serviço de ministros e de guardiães, sejam preparados e conscientes de que tal serviço é seu trabalho prioritário, a fim de favorecer o caminho dos irmãos e a qualidade das relações fraternas. Guiados pelas nossas Constituições, favoreçam a participação de todos e a valorização de cada um.

40. A mentalidade consumista mede o valor da pessoa em base ao papel que ocupa na sociedade e, sobretudo, em base ao que produz, marginalizando os mais fracos. Entre nós, porém, não seja assim. Em qualquer estado de saúde e de

idade e em toda situação de trabalho, o frade seja acolhido e posto em condições de dar o melhor de si. O trabalho de cada frade seja estimado independentemente do salário recebido. As nossas comunidades sejam lugares de gratuidade, nos quais cada um possa desenvolver com criatividade os dons recebidos, trabalhando fiel e devotamente em sã equilíbrio com os outros aspectos da nossa vida.

41. Dois riscos ameaçam a nossa vida fraterna. De um lado, o ativismo, que pode se tornar um pretexto para afastar-nos da fraternidade; na realidade, quanto mais alguém está ocupado, mais é necessário que permaneça unido à vida fraterna. Por outro lado, existe o risco de um descaso para com as tarefas a nós confiadas, e de cair na preguiça e em uma má gestão do tempo.

42. Como Frades Menores Capuchinhos, somos uma fraternidade em que irmãos leigos e irmãos presbíteros gozam da mesma dignidade. É responsabilidade do ministro e do seu conselho buscar formas diversas de apostolado, para que a opção pela forma laical da nossa vida tenha um espaço efetivo de expressão, tornando possível uma realização humana e profissional. As circunscrições que se dedicam quase exclusivamente ao apostolado paroquial e sacramental, com uma formação predominantemente clerical no pós-noviciado, dificilmente poderão transmitir a importância e a

beleza da forma laical da nossa vocação e atrair jovens a este estilo de vida. Sejam, por isso, propostas as diversas expressões da nossa vocação, favorecendo e solicitando a todos os frades para fazer frutificar os seus dons naturais por meio de uma formação qualificada, que os prepare para melhor desempenharem os serviços a eles confiados.

43. Um dos grupos mais marginalizados em nossa sociedade é constituído pelos enfermos. Reconhecemos o valor da presença dos irmãos enfermos nas nossas fraternidades. Com o seu testemunho no silêncio, na paciência e na oração, eles colaboram à edificação da fraternidade. Reconheçamos também o trabalho dos irmãos que, na fraternidade, assumem seus cuidados, acompanhando-os generosamente com amor e profundo respeito.

44. O amor e a responsabilidade para com nossos irmãos idosos e enfermos requerem, da parte da fraternidade, solicitude e atenções particulares: garantir-lhes os cuidados médicos e a assistência de saúde; adequar o trabalho na medida de suas possibilidades concretas; favorecer o progressivo retiro de responsabilidades, serviços e ministérios, acompanhando-os em tal passagem, por vezes, fonte de difícil processo interior.

45. Considerando que o dinheiro é fruto do trabalho de todos os frades, os guardiães e os ministros respeitem o “teto máximo” de gastos fixado pelo estatuto econômico da circunscrição (cf. OG 4/4), fazendo cada escolha com responsabilidade e transparência, de acordo com o conselho local e da circunscrição. Por isso, todas as circunscrições são chamadas a elaborar um estatuto econômico claro, a fim de evitar decisões arbitrárias e abusos de dinheiro por parte dos superiores.

46. Em espírito de pertença, todos os frades entreguem integralmente à fraternidade as ofertas, os salários, as aposentadorias ou outros recursos recebidos. Do mesmo modo, não se apropriem do ministério, de uma função ou do cargo, nem tirem deles proveito pessoal.

47. Se um irmão, obstinadamente, recusar-se a entregar à fraternidade tudo o que recebeu pelo seu trabalho ou por qualquer outro meio, o seu ministro é obrigado a admoestá-lo com firmeza, mansidão e amor, para que viva aquilo que prometeu, recorrendo, se necessário, também à admoestação canônica.

48. O tempo de férias seja considerado um momento de graça que o Senhor nos concede, contudo, não seja considerado um direito para se dispor autonomamente do tempo. Em cada

fraternidade, faça-se discernimento acerca do modo melhor para viver tal tempo, tanto comunitariamente como individualmente.

49. Ao programar as nossas férias, olhemos para aqueles que não têm tal oportunidade, ou porque não trabalham, ou porque não têm meios para tanto. Evitemos nos adequarmos aos abastados, e façamos com que as férias sejam condizentes ao nosso ser menores, compartilhando-as possivelmente com os frades e em solidariedade com os mais humildes da nossa sociedade.

50. Expressemos gestos concretos de gratidão aos frades pelo seu generoso trabalho.

7. Com ânimo pronto, exerçamos todo tipo de apostolado

51. Nós, frades capuchinhos, contemplamos a realidade como lugar no qual Deus revela a sua beleza e a sua misericórdia. Na criação, no homem e no pobre, contemplamos o rosto de Cristo, que continua a revelar-se na sua kenosis e ressurreição. Por isso, as nossas escolhas de trabalho sejam fruto do discernimento feito na oração em fraternidade e em espírito de minoridade, com a atenção voltada ao contexto sociocultural em que vivemos.

52. Para melhor nos comprometer com decisões e ações reais e concretas, precisamos ter os olhos abertos sobre o que está acontecendo na sociedade, na Igreja local e na circunscrição da Ordem em que vivemos. É decisivo nos confrontarmos com a realidade particular na qual o Senhor nos convidou, sermos inteligentes em discernir os caminhos da sua vontade e agir decididamente para cumpri-la em espírito de liberdade e humildade.

53. A escuta e a atenta observação do mundo que nos rodeia e daquilo que preocupa as pessoas, consentem-nos de termos elementos para um melhor discernimento, a fim de:

- a) reconhecer e valorizar as atividades de cada frade;
- b) dar um rosto significativo às nossas fraternidades e nos relacionarmos com as pessoas;
- c) evitar propor atividades que o contexto não necessite;
- d) facilitar a nossa presença e testemunho evangélico entre os pobres.

54. Para melhor servir aos homens e mulheres do nosso tempo, o nosso trabalho seja desempenhado com competência e amor. Para tanto, partindo do “princípio do contínuo melhoramento”:

- a) reconheçamos a necessidade da especialização, atualizando-a continuamente;

- b) avaliemos as necessidades às quais dar respostas;
- c) programemos bem os objetivos e as finalidades;
- d) demos prioridade ao trabalho em equipe e em rede com outras organizações;
- e) avaliemos os resultados e promovamos a inovação.

55. Os frades assumam seus compromissos não apenas em vista de um retorno econômico, ainda que necessário, mas também como resposta gratuita às necessidades do contexto social em que estão inseridos, em colaboração com outras iniciativas de serviço gratuito.

56. Uma das formas tradicionais do ministério dos Capuchinhos é a presença nos santuários, lugares de autêntico encontro dos irmãos entre si e com Deus. Exorta-se a uma presença ativa dos frades nestes lugares como peregrinos entre os peregrinos, dóceis e disponíveis para a acolhida pastoral e, especialmente, para as confissões e as bênçãos.

57. Valorizemos a prática das missões populares e a formação espiritual dos batizados, acompanhando-os no processo de conversão e de crescimento. Busquemos encorajar ulteriormente a criatividade na pregação do Evangelho e de promover a integração dos batizados na vida comunitária da paróquia e a reconciliação com o Senhor e com os irmãos.

58. Valorizemos e promovamos a participação dos fiéis leigos na vida eclesial, prestando particular atenção à Ordem Franciscana Secular. Comprometamo-nos na sua formação por meio de laboratórios, cursos, publicação de livros e uso da internet.

59. Compartilhemos o nosso carisma com os leigos, envolvendo-os em nossas obras. Incentivemos a solidariedade por meio do serviço de voluntariado, colocando as pessoas em condições de viver o espírito de fraternidade e de minoridade através do trabalho gratuito e alegre a serviço dos mais necessitados.

60. O cuidado pastoral de uma paróquia deve ser compreendido como confiado a toda a fraternidade. Cada vez que nos é confiada uma paróquia, o pároco não se aproprie dela, mas trabalhe em colaboração com a fraternidade.

61. A eclesiologia de comunhão nos pede para viver o nosso carisma e o nosso serviço pastoral como dom à Igreja universal e particular, em espírito de itinerância. Onde quer que estejamos presentes, como autênticos frades do povo, de bom grado coloquemo-nos a serviço do crescimento da Igreja local, também colaborando com o clero diocesano e as outras realidades eclesiais.

62. Encorajamos os frades a “sair das sacristias” e a trabalhar nas periferias existenciais, aonde ninguém quer ir, levando o nosso carisma de frades menores. Vivamos, por meio do nosso trabalho, a profecia da vida consagrada na Igreja.

63. Diversas circunscrições fundaram escolas de todo tipo e grau, muito úteis para os pais em busca de uma educação de valor. Frequentemente, nós, frades, limitamo-nos em desempenhar funções diretivas ou administrativas, enquanto que seria desejável que nos dedicássemos também em tomar parte ativa e de modo profissional no ensino das várias disciplinas. Isso nos ajudará a reduzir custos e também a ampliar o acesso também para jovens de modestas condições e aos pobres.

64. Nas obras sociais, educativas, de cuidado da saúde ou outras, a nossa presença seja prioritariamente a de irmãos e animadores espirituais, transmitindo o nosso carisma, criando comunhão e dando testemunho de fraternidade, não apenas como diretores e administradores. Para estas últimas tarefas, deixemo-nos ajudar por pessoas competentes que compartilhem do espírito da missão franciscano-capuchinha.

65. Os princípios de JPIC sirvam como pontos de referência na escolha ou avaliação do nosso trabalho. Preocupemo-nos

com a salvaguarda da criação: não desperdiçando as fontes energéticas, reduzindo o consumo, reutilizando material reciclável, evitando os desperdícios, promovendo uma reflexão crítica sobre os nossos hábitos, denunciando as empresas que agredem a natureza. Em nosso trabalho, motivemos as pessoas a viverem em comunhão com a criação.

66. Conscientes das injustiças e dos problemas do mundo do trabalho, contemplemos o rosto de Cristo sofredor naqueles para os quais o trabalho não é visto como uma graça:

- em quem não tem acesso ao trabalho;
- em quem suporta condições injustas;
- em crianças, mulheres, idosos e todos aqueles que são explorados;
- nos muitos pobres submetidos a formas de atividade humilhantes e indignas (por exemplo, prostituição, tráfico de órgãos, narcotráfico);
- naqueles que sofrem por causa das condições insalubres de trabalho;
- naqueles trabalhadores pouco qualificados que, frequentemente, são subjugados pelo mundo da competitividade.

A estas pessoas, expressamos a nossa solidariedade e desejamos apoiar firmemente aqueles organismos que

promovem de modo concreto a dignidade e a justiça no mundo do trabalho.

67. Colaboremos com as instituições que trabalham em favor dos pobres, dos marginalizados, de todos os perseguidos, cristãos ou não, e com as organizações que promovem a paz, a justiça e a integridade da criação. Privilegiem-se as instituições católicas e, de modo particular, as franciscanas, como “Damietta Peace Initiative” (“Iniciativa Damietta”) e “Franciscans International”, sem excluir outras instituições locais, como a REPAM (Rede Eclesial Pan-Amazônica), a REBAC (Rede Eclesial da Bacia do Congo) e a FAN (Franciscan Action Network).

68. Os frades que trabalham entre os marginalizados, os pobres, os migrantes, frequentemente não recebem qualquer compensação pelas suas atividades. Os ministros e as fraternidades locais sustentem de bom grado as necessidades econômicas destes serviços, também através de renúncias e sacrifícios nas despesas ordinárias.

69. O desenvolvimento tecnológico dos últimos anos, com a difusão dos meios de comunicação social, tem transformado de maneira considerável a sociedade, e seus efeitos se manifestam em um novo modo de viver, de comunicar e de estabelecer relações interpessoais. Vem-se criando uma nova

cultura, com caminhos inexplorados de aprendizagem, que têm incentivado o desenvolvimento de oportunidades de trabalho até então inéditas.

As novas mídias digitais também favorecem a nossa obra de evangelização, bem como a comunicação entre nós, e agilizam a administração das nossas fraternidades e instituições. Coloquemos os nossos conhecimentos e competências em matéria de mídias digitais também a serviço dos pobres, que, frequentemente, não podem usufruir delas.

70. Nesta nova cultura, da qual fazemos parte e que por ela somos influenciados, notamos o perigo de um uso inapropriado e exagerado das mídias digitais, que criam um mundo virtual, com os riscos do individualismo, da distração, da perda de tempo. Tudo isso empobrece as relações fraternas, e comporta ulteriores problemas relativos a um mau uso destes meios.

A educação a um uso apropriado de tais meios seja um componente necessário no programa de formação inicial e permanente dos frades. Os formadores, em particular, devem ser conscientes dos condicionamentos provocados pelas mídias digitais, de modo que possam considerá-las, oportunamente, em seus métodos formativos.

8. Levemos o anúncio de salvação

71. A obra de evangelização requer uma “conversão missionária” da própria vida apostólica, não mais confinada nas próprias estruturas e atividades tradicionais, mas como “Igreja em saída”. Para tanto, os frades se dediquem em trabalhar com paixão e entusiasmo, em particular no serviço do primeiro anúncio do evangelho, na formação cristã da comunidade e em todos aqueles lugares hoje indicados como “periferias”. O nosso “sair em missão” privilegie, primeiramente, o testemunho e o serviço entre os não-cristãos, através do diálogo inter-religioso e, quando for possível, anunciando explicitamente o Senhor ressuscitado.

72. A obra de evangelização tenha em vista, primeiramente, fazer com que encontrem a pessoa de Jesus Cristo e a permanecerem fascinados com ele. Isso pressupõe que os frades se deixem, por sua vez, evangelizar e se renovar pelo encontro vivo com Jesus Cristo.

73. É necessário que, no trabalho apostólico, estejamos atentos e vigilantes em ler os “sinais dos tempos”, de modo a:

- a) atuar com fidelidade a nossa forma de vida evangélica e o nosso testemunho apostólico nas diversas regiões e culturas;

- b) harmonizar a evangelização com as necessidades dos homens e suas condições de vida;
- c) abrimo-nos ao diálogo com todos os cristãos, com os fiéis de outras religiões e com os não-crentes.

74. Sejam encorajadas novas iniciativas de fraternidades permanentes ou temporárias, a fim de responderem à busca e ao desejo de Deus por parte dos homens e às graves emergências sociais (por exemplo, refugiados, migrantes, desastres naturais).

*Aprovadas na reunião do Conselho Geral OFMCap.
Roma, 8 de janeiro de 2016*



www.ofmcap.org